Este novo aditamento ensaístico ao nosso Jornal procura contextualizar e caracterizar “o movimento das nacionalidades”, fenómeno assim denominado pelo autor que nos serve de suporte bibliográfico, René Rémond (1994).
Antecipando possíveis interpretações precipitadas ou erróneas, hipoteticamente provenientes da hipervigilância pairante sobre conceito de “nacionalismo” na atualidade, convém, antes de mais, advertir o leitor para o que não foi este movimento.
Apesar da sua génese se dar no epicentro da agitação política e social que liberais e absolutistas encapelavam entre si, mas com efeitos sobre todo o universo social no princípio do século XIX, todavia, não se tratou de uma ideologia partidária, nem de uma facção social. Não se destacou dos valores éticos e morais da época, e, por isso, não foi uma corrente singular e independente do contexto histórico e da mentalidade em vigor. Não se circunscreveu ao ocidente e, à época, não tinha terminologia específica.

Por fim, tal como acontece com qualquer outro momento da cronologia histórica, não se deve generalizar e correlacionar este movimento diretamente com movimentos e ideologias mais tardias, como o Nazismo alemão, ou o Fachismo italiano, ou o Comunismo russo. Não obstante, ao estudar e observar a evolução das redes, circuitos e influências recebidas ao longo do centenário, pode vislumbrar-se a raíz das copas políticas e ideológicas citadas.

Posto isto, o que foi o movimento das nacionalidades do século XIX?

Foi, primeiramente, a moldura dos demais movimentos daquela etapa, pese embora com menor expressão no socialismo, que a guarneceram com a sua versão de ordem, unidade e soberania nacional. Por se tratar de uma moldura, foi ainda um momento de transformação das fronteiras da consciência social. Com os precedentes e os ecos deixados pela Revolução Francesa, as sociedades dos antigos reinos e colónias europeias adotaram uma nova postura de grupo, de governo, de ética e de moral.
Tanto liberais, como democratas e socialistas, assomados por esta ordem cronológica à história social e política, se consideravam inflamados, inquestionáveis e irredutíveis “patriotas”, independentemente da sua origem aristocrática, burguesa, operária ou campesina.

Assim, tratou-se de uma dinâmica de índole ideológica colectiva, que progressivamente agregou e foi conduzida por um conjunto de cidadãos que partilhavam uma identidade estrutural baseada em factores sociais, económicos, culturais e políticos comuns, dos quais

resultam experiências, antagonismos, interesses e transformações vivenciadas pelo colectivo.

A propósito da sua expressão geográfica, a princípio centrada na Europa, porém extrapolou-se para outros continentes, sobretudo o Americano e o Asiático, onde sucederam conflitos e tumultos internos ou fronteiriços motivados por problemáticas comuns, tais como perdas territoriais (descolonização), particularismos regionais, ou pela imperativa necessidade de modernização política, onde os antigos sistemas de soberanos e elites já não comportavam respostas para as questões e adversidades que a revolução industrial e as revoluções liberais trouxeram.

Rémond (1994) refere que a ideia, o sentimento e o movimento das nacionalidades foi também um marco diferenciador do comportamento das relações internacionais, na medida em que o ónus do conflito ou da paz deixa de ser a ambição do soberano, transitando para as ambições das nações, à época representadas por facções patrióticas. Neste sentido, a aliança entre o movimento e o permanente clima revolucionário do século, assim como com a sua versatilidade política, originou outro fenómeno no qual também encontrou enquadramento: o surgimento de facções partidárias que preenchessem os vazios do sentimento patriótico per si, a tal moldura metafórica, e respondessem às exigências, expectativas e aspirações das nações, conquanto a perspectiva do estrato social agregado a estas dinâmicas.

Destarte, inicia-se um processo que subleva duas facções, uma à esquerda, de natureza popular, com objetivos progressistas, universais e democráticos, e outra à direita, apoiada sobretudo pela aristocracia, sendo tendencialmente conservadora, tradicionalista e apologista dos direitos históricos das nações. A primeira encontrou maior adesão na Europa ocidental, a outra na de Leste.

Bibliografia

Rémond, R. (1994). O Movimento das Nacionalidades. In *Introdução à História do Nosso Tempo, Do Antigo Regime aos Nossos Dias* (pp. 235-241). Lisboa, Portugal: Gradiva.

Eugène Delacroix, *Liberty Leading the People (July 28, 1830)*, September – December 1830, oil on canvas, 260 x 325 cm (Musée du Louvre, Paris)
Imagem retirada de:https://smarthistory.org/delacroix-liberty-leading-the-people/